



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **32 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 3 de agosto de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Governo Federal pagará até 25% mais por produto nacional 1 VEICULAÇÃO LOCAL	1
DIÁRIO DO AMAZONAS Nova política industrial do Governo Dilma mantém vantagens do PIM 2 VEICULAÇÃO LOCAL	2
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo vai conceder crédito tributário para exportadores 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO Política industrial deve aumentar vagas e reduzir custos 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	4
O ESTADO DE SÃO PAULO Desoneração da folha beneficia 4 setores 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	5
O ESTADO DE SÃO PAULO Países temem subsídios com política industrial 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	7
O ESTADO DE SÃO PAULO Política industrial vai desonerar só 4 setores 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	8
O ESTADO DE SÃO PAULO Política industrial limita desoneração da folha a 4 setores 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	9
O ESTADO DE SÃO PAULO Programas "esquecidos" 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	11
O ESTADO DE SÃO PAULO Tombini manda recado aos especuladores 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	12
FOLHA DE SÃO PAULO Pacote de apoio ao setor industrial prevê incentivos de R\$ 25 bi 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	13
FOLHA DE SÃO PAULO China e Brasil terão centro conjunto de nanotecnologia 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	14
FOLHA DE SÃO PAULO Desmatamento na Amazônia neste ano já supera o de 2010 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	15
VALOR ECONÔMICO Brasil Maior: inovar para competir e para crescer 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	16
VALOR ECONÔMICO Importado ganha espaço no consumo interno 18 VEICULAÇÃO NACIONAL	18
VALOR ECONÔMICO Governo anuncia renúncia fiscal de R\$ 24 bi para ajudar indústria 19 VEICULAÇÃO NACIONAL	19
VALOR ECONÔMICO Setor de TI comemora incentivo à formalização 20 VEICULAÇÃO NACIONAL	20
VALOR ECONÔMICO Mercado negocia com o governo mudanças no pacote cambial 21 VEICULAÇÃO NACIONAL	21
O GLOBO Política industrial prevê R\$24 bi em desoneração 23 VEICULAÇÃO NACIONAL	23
O GLOBO Governo vai gastar até 25% mais para proteger indústria 25	25

VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Produção industrial recua 1,6% em junho, abaixo da previsão do mercado 26

VEICULAÇÃO NACIONAL

CORREIO BRAZILIENSE

A desindustrialização do Brasil 27

VEICULAÇÃO NACIONAL

ÚLTIMO SEGUNDO

Governo pagará mais pelo "made in Brasil" com arrecadação maior 29

VEICULAÇÃO NACIONAL

JORNAL NACIONAL ONLINE

Governo lança medidas para estimular a indústria 31

VEICULAÇÃO NACIONAL

AGÊNCIA ESTADO

Empresário tem de se acostumar a câmbio, diz Pimentel 33

VEICULAÇÃO NACIONAL

AGÊNCIA CÂMARA

Equipe econômica falará na Câmara sobre crise mundial e política industrial 34

VEICULAÇÃO NACIONAL

JB ONLINE

Empresários apoiam medidas do governo para incentivar indústria 35

VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTO GENTE

Pimentel e Mercadante participam do Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria 36

VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL A CRITICA

Nova política industrial e de comércio exterior sem impactos negativos ao Polo Industrial de Manaus 37

VEICULAÇÃO NACIONAL

RÁDIO CBN - MANAUS

Plano Nacional da Indústria vai garantir vantagens comparativas da Zona Franca, diz Braga 38

VEICULAÇÃO NACIONAL

ESTADÃO.COM.BR

Desafio do Brasil é administrar o sucesso, diz 'FT' 39

VEICULAÇÃO NACIONAL

ABN - AGÊNCIA BRASILEIRA DE NOTÍCIAS

Brasil Maior desonera folha de confecções, calçados, móveis e softwares 40

VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Governo Federal pagará até 25% mais por produto nacional		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, disse hoje que o governo vai usar o seu poder de compra para incentivar o **desenvolvimento** de novas tecnologias e inovação no setor industrial. Em discurso no Planalto, durante solenidade de lançamento do Plano **Brasil** Maior, ele informou que a nova política de compras do governo poderá, por meio das licitações, adquirir produtos manufaturados com preço médio até 25% maior que outros **importados**, se ficar provado que o vendedor está gerando emprego, salário e inovação localmente. Ele citou o caso do **Ministério** da Defesa, que priorizará a compra de fardas e coturnos de tecnologia brasileira.

Em seu discurso, Mercadante disse que o governo elabora o Programa de Inclusão Digital de Banda Larga para possibilitar o acesso de 69 milhões de estudantes à internet.

"Para inovar, é preciso mudar a cultura passiva em tecnologia", destacou o ministro.

Ele observou ainda que a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) aumentou de R\$ 1 bilhão para R\$ 5 bilhões, de 2010 para 2011, o total de financiamentos para projetos de inovação. Mercadante aproveitou para fazer um novo apelo aos empresários para aderir ao programa de bolsas estudantis para alunos brasileiros em universidades do exterior. O governo vai investir R\$ 3,2 bilhões na concessão de 75 mil bolsas nos próximos três anos e espera a adesão voluntária dos empresários para a concessão de outras 25 mil. "Este conjunto de medidas apresentado hoje, de capital de giro, desoneração, tem de estar associado a uma visão de **desenvolvimento** a longo prazo".

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA
	TÍTULO Nova política industrial do Governo Dilma mantém vantagens do PIM	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O lançamento do Plano **Brasil** Maior, um conjunto de medidas que visa fortalecer a indústria nacional frente à invasão de produtos **importados** não traz mudanças na relação de competitividade entre os produtos fabricados no Polo Industrial de **Manaus** e os produzidos em outros Estados do País. Essa foi a avaliação do presidente do Centro da Indústria do Estado do **Amazonas** (Cieam), Wilson Périco.

“O plano não traz nem benefícios, nem prejuízos ao modelo **Zona Franca** de **Manaus** (**ZFM**), o que já foi um resultado acima das expectativas já que nenhum representante do **Amazonas** foi consultado sobre o programa”, disse ele.

O Plano prevê, entre outras medidas, a prorrogação da isenção tributária sobre compras de equipamentos e materiais de construção, a preferência para produtos nacionais em compras governamentais e o lançamento de novas linhas de crédito para projetos de **exportação** e inovação. Com isso, o governo pretende ampliar a concorrência do produto nacional em “um cenário de concorrência predatória, que busca o **mercado** a qualquer custo”, segundo definiu o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Para o economista e consultor industrial, Rodemarck Castelo Branco, “esse é um plano pontual e de curto prazo, voltado para setores que estão com problemas agora por conta da valorização do real. É bem menos ampliado do que imaginávamos”.

Para a **Superintendente** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**), **Flávia Grosso**, a política protecionista pode melhorar a competição com produtos **importados**.

Em comunicado, a **Suframa** afirmou que, apesar de não mudar as regras no jogo em âmbito nacional, o Plano contém pontos positivos, que vão “estimular as vendas externas por parte das empresas que atuam na região”.

A desoneração da folha de pagamento, por exemplo, trará benefícios para as indústrias de Móveis e Software instaladas na **ZFM**, como explica Rodemarck. “Estes setores, que são intensivos em mão de obra, pagam sobre a folha de pagamento uma média de 20% de previdência. Agora ele vai pagar entre 1,5% e 2,5% sobre o faturamento, o que é uma coisa inteligente. Fortalece as empresas que empregam muita gente” diz a nota da entidade.

Segundo informações do **Mdic**, as medidas do plano serão colocadas em prática ainda este ano e tem prazo de encerramento para 2014.

O teor completo da Plano pode ser consultado no site www.brasilmaior.Mdic.gov.br.

MP dos tablets

O governador do Estado, Omar Aziz (PMN), afirmou em nota que agora aposta na alteração da Media provisória 534, para beneficiar a **produção** industrial de tablets no Estado.

Segundo a assessoria do governador, o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, se comprometeu a incluir na MP 534 um limite de tamanho dos tablets beneficiados com a medida entre 140 e 600 cm, o que impede uma possível desoneração na **produção** de celulares e televisores de LCD, e a isenção de 100% do Imposto de Renda para a fabricação de bens de informática nas áreas da Sudam e da Sudene. Hoje à tarde, Omar deve ser recebido pela presidente Dilma Rousseff para tratar dos assuntos do **PIM**.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo vai conceder crédito tributário para <u>exportadores</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Benefício será dado a uma lista de produtos classificados como manufaturados; relação só sai nos próximos dias

Para dar um alento aos exportadores brasileiros que sofrem com a valorização do real em relação ao dólar, a política industrial do governo de Dilma Rousseff prevê a devolução, em dinheiro, de 3% dos tributos pagos sobre a venda de produtos manufaturados para países estrangeiros.

A presidente pode elevar esse percentual até 4%.

O benefício será dado a uma lista de produtos classificados como manufaturados, mas o governo só deve divulgar a relação oficial nos próximos dias. Também não está certo como será aplicado o benefício, uma vez que exportadores já podem comprar insumos e matéria-prima lá fora sem pagar impostos.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, fez questão de dizer que todas as medidas anunciadas ontem pelo governo respeitam as regras da Organização Mundial de Comércio (OMC). "Nós temos que proteger nosso mercado. Não vamos permitir que esse poder de consumo seja usado de forma predatória e irregular por importações que chegam do mundo inteiro. Vamos combater isso com todo o rigor", frisou.

Segundo o ex-secretário de Comércio Exterior, Welber Barral, o mecanismo é utilizado por diversos países, como

Argentina, China e Alemanha. O mais importante, avaliou Barral, é verificar como a Receita Federal regulamenta o benefício. "O diabo está nos detalhes", afirmou. Apesar das negativas do governo, investidores internacionais avaliaram as medidas como um passo em direção ao protecionismo.

Cálculos do governo indicam que o plano Brasil Maior pode conseguir até 2014 uma redução de 40% no déficit comercial de manufaturados em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), segundo a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres.

Lista de exceção. O governo tenta nos bastidores convencer os sócios do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai) a concordar com duas medidas: dobrar para 200 o número de produtos que podem ter imposto elevado para até 35%, a chamada lista de exceção, e aprovar um mecanismo que permite elevar impostos de alguns produtos quando há invasão de importados vendidos abaixo do preço praticado no mercado de origem. Para o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Alessandro Teixeira, medidas são necessárias até porque a situação dos países do Mercosul é "dramática" devido à entrada de produtos importados.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Política industrial deve aumentar vagas e reduzir custos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Depois de sete meses de suspensão, a nova política industrial do governo trouxe poucas novidades, mas deu um passo adiante em relação à Política de **Desenvolvimento Produtivo (PDP)**, a estratégia do governo Lula. O governo finalmente aceitou experimentar a desoneração da folha de pagamentos, embora ainda limitada aos setores de confecções, calçados, móveis e software.

Os três primeiros estão entre os que mais patinam este ano, torpedeados pelos **importados**. A **produção** industrial no primeiro semestre, divulgada ontem pelo IBGE, mostrou que o setor moveleiro avançou apenas 0,6% na comparação com o mesmo período de 2010. Os de calçados e vestuário ficaram na lanterna, com quedas acumuladas este ano de 7,3% e 12,6%, respectivamente.

O de informática entrou na lista por ser um dos mais competitivos, mas já vinha sofrendo para **exportar** e disputar com **importados**. A atenção especial a o setor também não é nova. Considerado prioritário na PDP, o segmento acumula R\$ 3,2 bilhões em projetos aprovados no Prosoft, programa de linhas especiais do **BNDES**.

Laércio Cosentino, presidente da gigante Totvs, acredita que a desoneração ajudará a formalizar vagas no setor, que tem muitos talentos trabalhando como pessoa jurídica para poder ganhar mais. Líder de 5 mil funcionários, ele registra que a taxa de faturamento atinge também as empresas que **importam** programas, aliviando um pouco o peso sobre os ombros das que produzem aqui.

"Pode ser até que o governo arrecade mais com mais gente pagando", arrisca o executivo.

Rodrigo Abilheira, diretor financeiro da Gonow Tecnologia, estima em pelo menos 25% a redução dos custos na empresa que desenvolve softwares para grandes empresas desde 2006 e emprega 100 pessoas em São Paulo. Cleber Moraes, presidente da Bematech, ainda faz as contas, mas diz

que a medida aumenta o incentivo para a empresa investir mais no **desenvolvimento** de softwares, de maior valor agregado do que os equipamentos (hardware), que ainda respondem por mais de 70% do faturamento da empresa. "Produzir software é basicamente investir em pessoas", diz.

O economista Antônio Corrêa de Lacerda, da PUC-SP, vê avanços nas metas do Plano **Brasil** Maior, mas diz que o problema está em como concretizá-las. Ele cita a ausência da tão debatida criação do Eximbank, uma agência de financiamento à **exportação** que chegou a ser cogitada como subsidiária do **BNDES** em 2010 e que até agora não saiu do papel. O governo diz que não há data prevista para a criação da agência, que "será lançada no momento oportuno".

"O governo demonstra que se perde um pouco no anúncio de medidas que, na prática, não são implementadas", registra o economista.

Também não é novidade a atuação do **BNDES** como principal instrumento prático da nova política industrial. A prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) por mais um ano, até dezembro de 2012, não representou aumento de recursos para o financiamento subsidiado de bens de capital, inovação e **exportação**. O orçamento de R\$ 75 bilhões é o mesmo já aprovado no início deste ano, turbinado com o novo empréstimo de R\$ 55 bilhões do governo.

As boas novas ficaram restritas à ampliação de setores elegíveis para o crédito barato do **BNDES**, incluindo educação profissional, e o reforço do caixa da Finep com mais R\$ 2 bilhões do PSI para financiar empresas inovadoras.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Desoneração da folha beneficia 4 setores		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Medida incluída em pacote do governo será aplicada a fabricantes de móveis, calçados, confecções e softwares e vai custar R\$ 1,3 bilhão até 2012

Iuri Dantas e Edna Simão/BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff lançou ontem um conjunto de medidas para proteger o mercado interno de uma "avalanche" de produtos baratos e fortalecer a indústria para competir em meio a um "opressivo desequilíbrio cambial". Batizado de Plano Brasil Maior, o pacote atende a uma demanda histórica do setor privado, mas com alcance limitado: tira do papel a desoneração da folha de pessoal para apenas quatro setores, em caráter experimental.

O plano inclui medidas já anunciadas mas que nunca foram postas em prática, prorroga algumas linhas de financiamento e ressuscita outras modalidades de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Inclui ainda um reforço da fiscalização de fraudes na importação e direciona dinheiro dos bancos públicos para empresas nacionais.

Fabricantes de móveis, calçados e confecções ficam isentos da alíquota de 20% de contribuição patronal sobre a folha de pessoal. Para compensar, serão taxados em 1,5% sobre o faturamento. O setor de software também se beneficiará da medida, mas pagará 2,5%. Um comitê formado por governo, empresários e trabalhadores vai monitorar o mecanismo. Se a arrecadação sobre o faturamento ficar abaixo do que as empresas pagam de impostos sobre a folha, o Tesouro Nacional bancará a diferença. A medida deve custar R\$ 1,3 bilhão até o fim de 2012.

Até lá, segundo o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, será avaliado o impacto da medida nas contas públicas e, conseqüentemente, se a desoneração será estendida para outros setores. "Essa medida é de preservação do emprego porque reduz os custos da manutenção do trabalhador. Essa medida não coloca em risco a Previdência."

Dilma e seus ministros citaram perspectivas sombrias para a economia mundial para a plateia de empresários no Palácio do Planalto.

Guido Mantega, ministro da Fazenda, disse que haverá uma "estagnação por longo período de tempo". A luta contra a valorização do real também continua, segundo ele. "Continuaremos tomando medidas cambiais, mas temos de tomar medidas que fortaleçam a indústria. O mercado brasileiro deve ser usufruído pela indústria brasileira, não pelos aventureiros que vêm de fora". Segundo o ministro, o dólar estaria abaixo de R\$ 1,50 se o governo não tivesse agido na semana passada.

Desoneração. Os cortes de impostos embutidos na nova política industrial custarão R\$ 25 bilhões aos contribuintes até o fim de 2012. Além do corte da contribuição patronal sobre a folha de pagamento, industriais exportadores receberão de volta 3% do valor de seus embarques, para compensar créditos não usados.

Outra experiência do governo será a adoção de um novo regime de tributação para o setor automotivo, por meio do qual as montadoras poderão reduzir seus impostos se elevarem investimentos, criarem mais vagas de trabalho ou produzirem veículos mais inovadores. A formatação do regime ainda não foi definida.

O governo prometeu regulamentar uma preferência por produtos nacionais em suas compras, ainda que até 25% mais caros que os concorrentes estrangeiros. Isso deve afetar compras da área de saúde, educação e defesa principalmente. Por ordem de Dilma, os bancos públicos vão reformular suas políticas de financiamento, evitando concessão de empréstimos para empresas estrangeiras.

Governo e empresários ressaltaram que o pacote é apenas um "primeiro passo" e que o diálogo vai continuar para ampliar o rol de medidas. "É um começo correto, uma ajuda, mas não resolve o problema", disse Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

MEDIDAS NOVAS DA POLÍTICA INDUSTRIAL

Desoneração da folha de pagamento - Redução a zero da contribuição patronal sobre a folha de pagamento, que hoje é de 20%, com incidência de imposto sobre o faturamento dos setores de confecções (1,5%), calçados (1,5%), móveis (1,5%) e software (2,5%).

Reintegra - Geração de novo Crédito Presumido de IPI acumulado na cadeia produtiva das **exportações**. Equivale a 3% do valor **exportado** para produtos manufaturados. Medida válida até 31 de dezembro de 2012.

Inovação - Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) terá mais R\$ 2 bilhões em crédito do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), com taxa de 4% a 5% ao ano.

Setor automotivo - Criação de regime tributário específico para o setor com concessão de incentivos fiscais como contrapartida a investimentos, geração de empregos, agregação de valor, inovação e eficiência.

Bancos públicos - Instituições financeiras públicas só poderão financiar projetos em que haja conteúdo nacional.

Desburocratização - Redução dos prazos na investigação de processos antidumping de 15 meses para 10 meses.

Reforço - Contratação de 90 analistas de **comércio** exterior.

Barreiras - Inclusão de 100 novos produtos em lista de exceção com possibilidade de aumentar o imposto de **importação** para 35%.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Países temem subsídios com política industrial		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Anúncio das medidas despertou a desconfiança dos Estados Unidos e da União Europeia; governos prometem **monitorar** o Brasil

Jamil Chade - O Estado de S.Paulo

CORRESPONDENTE / GENEBRA

Os governos dos Estados Unidos e da União Europeia se dizem "preocupados" com a adoção da política industrial brasileira diante de temores de que possa ser um plano de subsídio para a indústria nacional. Pelas regras da Organização Mundial do **Comércio** (OMC), isenções de impostos e outras medidas para incentivar as **exportações** podem ser consideradas ilegais.

Washington e Bruxelas já haviam questionado as políticas industriais do País nos últimos anos e, agora, prometem "**monitorar**" a nova iniciativa. Medidas similares adotadas pela China e Índia também estão sendo alvo dos países ricos, que temem uma atuação forte por parte do Estado nesses países emergentes, hoje com reservas **importantes**.

No caso do Brasil, os países ricos não deixaram de notar a explosão na participação do Estado nas políticas industrialistas. Entre 2005 e 2008, o **Brasil** mais que duplicou os recursos para incentivar a indústria nacional, chegando a R\$ 35 bilhões. Agora, são mais R\$ 25 bilhões em desoneração, que podem ser considerados como subsídios.

Na política anunciada ontem, a devolução de PIS/Cofins para **exportadores**, o fundo de financiamento para **exportação**, a desoneração de setores específicos e o regime diferenciado ao setor automotivo podem "potencialmente" violar as leis internacionais, segundo Washington e Bruxelas. A ajuda aos setores calçadista, têxtil, de móveis e de software também está sendo alvo de análises.

Alguns desses pontos já haviam sido alvos de questionamentos dos países ricos nos últimos anos. Não por acaso, o anúncio das novas medidas nesses setores despertou a desconfiança dos governos estrangeiros.

Em Bruxelas, diplomatas que atuam na área comercial da UE confirmaram ao Estado que estão acompanhando a atuação do governo brasileiro na área industrial e, em consultas com as indústrias europeias, avaliando se há algum impacto negativo para a concorrência estrangeira.

Os responsáveis pela política comercial de Barack Obama também afirmaram que a política industrial de Dilma Rousseff está sendo alvo de uma análise "cuidadosa". "Temos de ver se não há nada que crie distorções", afirmou uma fonte em Washington.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Política industrial vai desonerar só 4 setores		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidente Dilma Rousseff lançou medidas para fortalecer a indústria e proteger o **mercado** interno de produtos **importados** baratos. O Plano **Brasil** Maior, no entanto, desonera a folha de pessoal para apenas quatro setores, em caráter experimental. Fabricantes de móveis, calçados e confecções ficam isentos da alíquota de 20% de contribuição patronal. Em troca, pagarão 1,5% sobre o faturamento. O setor de software pagará 2,5%. O corte de impostos será de R\$ 25 bilhões até o fim de 2012.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO Política industrial limita desoneração da folha a 4 setores	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidente Dilma Rousseff lançou uma série de medidas para proteger o mercado interno de uma "avalanche" de produtos baratos e fortalecer a indústria em meio a um "opressivo desequilíbrio cambial". O "Plano Brasil Maior" atende a demanda histórica do setor privado, mas com alcance limitado: desonera a folha de pessoal para apenas quatro setores, em caráter experimental. Fabricantes de móveis, calçados e confecções ficam isentos da alíquota de 20% de contribuição patronal. Em troca, serão taxados em 1,5% sobre o faturamento. O setor de software, também incluído, pagará 2,5%. O corte de impostos embutidos no plano custará R\$ 25 bilhões até o fim de 2012

Desoneração da folha beneficia 4 setores

Medida incluída em pacote do governo será aplicada a fabricantes de móveis, calçados, confecções e softwares e vai custar R\$ 1,3 bilhão até 2012

Iuri Dantas e Edna Simão/BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff lançou ontem um conjunto de medidas para proteger o mercado interno de uma "avalanche" de produtos baratos e fortalecer a indústria para competir em meio a um "opressivo desequilíbrio cambial". Batizado de Plano Brasil Maior, o pacote atende a uma demanda histórica do setor privado, mas com alcance limitado: tira do papel a desoneração da folha de pessoal para apenas quatro setores, em caráter experimental.

O plano inclui medidas já anunciadas mas que nunca foram postas em prática, prorroga algumas linhas de financiamento e ressuscita outras modalidades de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Inclui ainda um reforço da fiscalização de fraudes na importação e direciona dinheiro dos bancos públicos para empresas nacionais.

Fabricantes de móveis, calçados e confecções ficam isentos da alíquota de 20% de contribuição patronal sobre a folha de pessoal. Para compensar, serão taxados em 1,5% sobre o faturamento. O setor de software também se beneficiará da medida, mas pagará 2,5%. Um comitê formado por governo, empresários e trabalhadores vai

monitorar o mecanismo. Se a arrecadação sobre o faturamento ficar abaixo do que as empresas pagam de impostos sobre a folha, o Tesouro Nacional bancará a diferença. A medida deve custar R\$ 1,3 bilhão até o fim de 2012.

Até lá, segundo o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, será avaliado o impacto da medida nas contas públicas e, conseqüentemente, se a desoneração será estendida para outros setores. "Essa medida é de preservação do emprego porque reduz os custos da manutenção do trabalhador. Essa medida não coloca em risco a Previdência."

Dilma e seus ministros citaram perspectivas sombrias para a economia mundial para a plateia de empresários no Palácio do Planalto.

Guido Mantega, ministro da Fazenda, disse que haverá uma "estagnação por longo período de tempo". A luta contra a valorização do real também continua, segundo ele. "Continuaremos tomando medidas cambiais, mas temos de tomar medidas que fortaleçam a indústria. O mercado brasileiro deve ser usufruído pela indústria brasileira, não pelos aventureiros que vêm de fora". Segundo o ministro, o dólar estaria abaixo de R\$ 1,50 se o governo não tivesse agido na semana passada.

Desoneração. Os cortes de impostos embutidos na nova política industrial custarão R\$ 25 bilhões aos contribuintes até o fim de 2012. Além do corte da contribuição patronal sobre a folha de pagamento, industriais exportadores receberão de volta 3% do valor de seus embarques, para compensar créditos não usados.

Outra experiência do governo será a adoção de um novo regime de tributação para o setor automotivo, por meio do qual as montadoras poderão reduzir seus impostos se elevarem investimentos, criarem mais vagas de trabalho ou produzirem veículos mais inovadores. A formatação do regime ainda não foi definida.

O governo prometeu regulamentar uma preferência por produtos nacionais em suas compras, ainda que até 25% mais caros que os concorrentes estrangeiros. Isso deve afetar compras da área de saúde, educação e defesa

principalmente. Por ordem de Dilma, os bancos públicos vão reformular suas políticas de financiamento, evitando concessão de empréstimos para empresas estrangeiras.

Governo e empresários ressaltaram que o pacote é apenas um "primeiro passo" e que o diálogo vai continuar para ampliar o rol de medidas. "É um começo correto, uma ajuda, mas não resolve o problema", disse Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

MEDIDAS NOVAS DA POLÍTICA INDUSTRIAL

Desoneração da folha de pagamento - Redução a zero da contribuição patronal sobre a folha de pagamento, que hoje é de 20%, com incidência de imposto sobre o faturamento dos setores de confecções (1,5%), calçados (1,5%), móveis (1,5%) e software (2,5%).

Reintegra - Geração de novo Crédito Presumido de IPI acumulado na cadeia produtiva das **exportações**. Equivale a 3% do valor **exportado** para produtos manufaturados. Medida válida até 31 de dezembro de 2012.

Inovação - Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) terá mais R\$ 2 bilhões em crédito do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), com taxa de 4% a 5% ao ano.

Setor automotivo - Criação de regime tributário específico para o setor com concessão de incentivos fiscais como contrapartida a investimentos, geração de empregos, agregação de valor, inovação e eficiência.

Bancos públicos - Instituições financeiras públicas só poderão financiar projetos em que haja conteúdo nacional.

Desburocratização - Redução dos prazos na investigação de processos antidumping de 15 meses para 10 meses.

Reforço - Contratação de 90 analistas de **comércio** exterior.

Barreiras - Inclusão de 100 novos produtos em lista de exceção com possibilidade de aumentar o imposto de **importação** para 35%.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Programas "esquecidos"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

À medida que entra na rotina, o governo da presidente Dilma Rousseff começa a deixar de lado projetos demagógicos concebidos pelo governo anterior para favorecê-la na disputa eleitoral de 2010. O último projeto "esquecido" é o programa "Educação e Qualificação para Comunidades Extrativistas", elaborado pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), com o aval pessoal do presidente Lula.

Também chamado de "Saberes da Floresta" e financiado com recursos do Programa das Nações Unidas para o **Desenvolvimento** (Pnud), o projeto se destina a atender a população ribeirinha das 89 Reservas Extrativistas e de **Desenvolvimento** Sustentável da **Amazônia** e sua trajetória é mais um exemplo de como a educação tem sido gerida. Com alto número de analfabetos, 60 mil famílias vivem nas reservas da exploração de seringais, da colheita de castanhas e da agricultura de subsistência.

O objetivo da SAE era desenvolver estratégias e ações voltadas para o ensino de crianças e jovens que moram na área, onde a rede pública só mantém escolas até a 4.ª série do ensino fundamental. Para continuar os estudos, os jovens têm de se mudar para as cidades.

Essa mudança gera dois graves problemas. O primeiro é o esvaziamento das comunidades, onde só permanecem velhos, mulheres e crianças. O segundo problema está na dificuldade que esses jovens têm para se adaptar à vida urbana. Com uma vida até então inteiramente voltada à família e à natureza, os rapazes começam a beber e a se envolver em brigas, enquanto as meninas são atraídas pela prostituição. Dos que completam o ensino básico, poucos retornam à comunidade - e, quando o fazem, trazem hábitos que levam à desagregação de suas famílias.

Além de ignorar a gravidade desses problemas, o programa "Educação e Qualificação para Comunidades Extrativistas" se destaca pelo simplismo de suas propostas e pelo uso abusivo de jargões políticos - um vício dos

movimentos sociais e do PT. Em seu documento de apresentação, por exemplo, o programa se propunha a elaborar "produtos síntese" - entre eles a construção de uma "política de educação na floresta" que expresse a visão que as populações extrativistas têm sobre educação e profissionalização. "Nós temos que ter uma educação diferenciada, onde o meu filho saiba que tem, hoje, uma condição de vida mais favorável por causa de toda uma luta que houve, dos que enfrentaram o sistema de governo e as situações que existiam, para poder trazer a qualidade de vida. Ele precisa se tornar parte e continuar carregando essa bandeira; senão, essa bandeira, daqui uns dias, vai deixar de existir, porque você não dá valor às coisas que você não conhece - você precisa conhecer para dar valor", diz Manuel Cunha, presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Entre outras "prioridades", o projeto repetia recomendações do 1.º Encontro Nacional de Seringueiros da **Amazônia**, realizado em 1985, como "a divulgação de histórias, poesias, músicas, receitas e objetos fabricados por seringueiros" e a inclusão na merenda escolar de "produtos oferecidos pela região". Ele também propunha um elenco de dez princípios - quase todos tautológicos. Um deles afirmava que "a criança precisa saber que é parte da vida na floresta e nas águas". Outro enfatizava que "as pessoas da floresta estão conectadas e que não é possível desplugá-las". Em matéria de "encaminhamentos", o projeto tecia considerações óbvias sobre qualidade da educação e capacitação docente e propunha a busca de "apoio financeiro direto" da União.

Custa crer que uma iniciativa tão simplória e demagógica como essa tenha consumido recursos humanos do governo e dinheiro do Pnud - além de ter sido anunciada espalhafatosamente pela rede pública de comunicação do governo Lula. Agora a presidente Dilma Rousseff faz a coisa certa, engavetando - com a devida discrição - programas que jamais deveriam ter sido apresentados como projetos de governo.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Tombini manda recado aos especuladores		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ricardo Leopoldo - O Estado de S.Paulo

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, deu um recado ontem para os especuladores que apostam na valorização do real ante o **dólar**. Segundo ele, a força da moeda brasileira ocorre por fatores relacionados ao bom desempenho dos últimos anos da economia doméstica, "que cresce com vigor e com inflação sob controle".

Por outro lado, Tombini também ressaltou que o **dólar** nos EUA passa por um período de pressão e desvalorização em nível global. Contudo, ele também destacou que há investidores interessados no fortalecimento conjuntural do

câmbio. "Não somos ingênuos, há também pressão de posições alavancadas", afirmou.

Tombini fez uma menção indireta às recentes medidas adotadas pelo governo para mitigar a valorização do câmbio, especialmente com ações diretas em derivativos.

Em discurso na BM&FBovespa, Tombini fez um elogio ao **mercado** de derivativos do **Brasil** ao mencionar que é um exemplo internacional. Essa foi a primeira visita dele à instituição depois que o governo adotou, na última quarta-feira, um novo arsenal de medidas para tentar conter a apreciação do real ante o **dólar** com foco em derivativos.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Pacote de apoio ao setor industrial prevê incentivos de R\$ 25 bi		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Preocupação com equilíbrio das contas governamentais limita alcance das medidas, antes estimadas em R\$ 45 bi. Principal novidade do plano, a desoneração da folha de têxteis, móveis e calçados foi lançada como um projeto-piloto

DE BRASÍLIA

As incertezas do cenário econômico mundial e as dificuldades encontradas pelo governo para manter as contas públicas sob controle limitaram o alcance do pacote de medidas de apoio à indústria apresentado ontem pela presidente Dilma Rousseff.

O valor total dos benefícios tributários dados ao setor, estimado em R\$ 45 bilhões para quatro anos quando o pacote ainda estava em debate, foi reduzido a R\$ 24,5 bilhões para este e o próximo ano. A conta inclui R\$ 3,8 bilhões ligados a medidas já em vigor.

O pacote reduz os impostos que fabricantes de produtos têxteis, calçados, móveis e software recolhem sobre a folha de pagamento e cria um crédito tributário para incentivar as exportações de produtos industrializados.

A nova política dá alívio a indústrias em que o custo de mão de obra pesa muito e que sofrem mais com a valorização do real em relação ao dólar. Elas ficam mais fragilizadas diante da competição com produtos da China.

As medidas foram incluídas no plano, batizado de Brasil Maior, por determinação de Dilma. Ela pediu mais "ousadia" à equipe, mas no fim acatou o argumento da equipe econômica de que a validade das medidas deveria ser fixada com um olho no cenário internacional.

"O momento exige coragem e ousadia", discursou a presidente, ao apresentar as medidas. "O mundo viverá um longo período de tensão econômica, resultado dramático da insensatez."

Ela disse que não vai "abdicar dos fundamentos do nosso modelo de desenvolvimento, baseado no controle da inflação, no rigor fiscal".

A principal novidade, a desoneração da folha de pagamento de alguns setores, será um projeto-piloto.

Com isso, foi postergada, sem data definida, a promessa de campanha de Dilma de fazer uma desoneração para todos os setores da economia. Segundo o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, a mudança só deverá ser estendida para novos setores depois de 2012.

Prevaleceu o receio da equipe econômica de tomar medidas que possam comprometer o cumprimento das metas fiscais do país num momento em que a inflação resiste a voltar para o centro da meta, de 4,5%.

Com a medida, os setores beneficiados deixam de pagar os 20% de INSS sobre os salários dos funcionários. Mas terão que pagar sobre seu faturamento um tributo de 1,5% para confecções e vestuário, calçados e móveis, e de 2,5% para software. O "alívio" vale até o final de 2012 e seus efeitos serão analisados por um comitê formado por governo, sindicalistas e empresários.

O novo tributo não compensará totalmente a perda de receita da Previdência, que receberá a diferença por meio de repasse do Tesouro -estimado em R\$ 1,6 bilhão até 2012. Mecanismo adotado para diminuir as críticas de sindicalistas, que temem o desequilíbrio orçamentário no caixa da Previdência.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO China e <u>Brasil</u> terão centro conjunto de nanotecnologia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Parceria vai criar técnicas para manipular objetos do tamanho de átomos

Investimento envolverá remoção de resíduos da agricultura e materiais para uso na eletrônica, afirmam governos

SABINE RIGHETTI

ENVIADA ESPECIAL A CAMPINAS

O governo vai firmar no final deste mês um convênio com a China para implantação de um centro binacional de nanotecnologia, o campo da ciência que envolve a manipulação de objetos muito pequenos, com dimensões de bilionésimos de metro.

A ideia é que os dois países entrem com a mesma quantidade de dinheiro no projeto. Ontem, em uma reunião em Campinas, o MCT (**Ministério** da Ciência e Tecnologia) propôs R\$ 4,7 milhões para os dois anos iniciais. Mas a China quer mais.

O valor final será acordado em viagem que o ministro Aloizio Mercadante (MCT) fará à China no próximo dia 22.

Como inicialmente o centro será virtual, a ideia é que o dinheiro seja gasto com infraestrutura e com a troca de pesquisadores entre os países ""pelo menos 30 por ano.

"O valor parece pequeno. Mas pode ser um primeiro passo para começarmos uma série de parcerias com a China", diz Adalberto Fazzio, coordenador da área de nanotecnologia do MCT.

SUSTENTÁVEL

Uma das áreas de interesse da China é o grafeno, material obtido quando o grafite é fatiado em camadas muito finas, com apenas um átomo de espessura. Os eletrônicos do futuro poderão ter como base o grafeno.

Já o Brasil está interessado em nanotecnologia aplicada à sustentabilidade, como novas abordagens para o tratamento de resíduos agrícolas.

"É uma vantagem cooperar com o Brasil. Esse projeto tem futuro", definiu Chunli Bai, presidente da Academia Chinesa de Ciências (que tem status de ministro no país), em entrevista à Folha durante visita que fez a Campinas.

A China é o país que mais produz artigos científicos em nanotecnologia. "Queremos aumentar essa **produção** com parcerias internacionais e dar mais peso a áreas estratégicas", completou Bai.

Fernando Galembeck, diretor de um dos laboratórios que integrarão a parceria, diz que a nanotecnologia "poderia ter avançado mais no Brasil". "Um centro como esse poderá alavancar a área."

O centro binacional terá a colaboração de pelo menos quatro laboratórios, localizados em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

No lado chinês estarão alguns dos 117 institutos de pesquisa da Academia Chinesa de Ciências.

EMPATE TÉCNICO

A academia gerencia hoje um orçamento de mais de R\$ 6 bilhões por ano, ou seja, praticamente a mesma quantidade de recursos anuais do **Ministério** da Ciência e Tecnologia no Brasil.

"O governo chinês está investindo muito em ciência. Hoje temos 1,78% do **PIB** em pesquisas", diz Bai --a porcentagem brasileira foi de 1,3% no ano passado.

A agenda de Bai no Brasil incluiu visitas a instituições de pesquisa nas áreas de saúde, energia, espaço e agricultura. Os chineses já sinalizaram interesse pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o que pode render novas parcerias.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Desmatamento na <u>Amazônia</u> neste ano já supera o de 2010		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Dados do Inpe mostram que tendência de queda foi revertida

CLAUDIO ANGELO

DE BRASÍLIA

O desmatamento na Amazônia reverteu sua tendência de queda em 2011.

Dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) divulgados nesta terça-feira mostram que o acumulado do ano até agora já foi 6% maior que o do ano passado inteiro.

Foram 2.429 km² de agosto de 2010 a junho deste ano (11 meses), contra 2.295 km² de agosto de 2009 a julho do ano passado (12 meses).

Ou seja, mesmo que em julho não caia uma só árvore na Amazônia, 2011 já terá batido 2010. Mas a possibilidade de desmatamento zero é remota, já que o mês de seca costuma ter mais devastação.

Em junho, os dados do sistema Deter indicaram um desmatamento de 312,69 km². É um aumento de 28% em relação ao mesmo mês de 2010.

O ano passado registrou o menor desmate desde que o Inpe começou a série com satélites, em 1988: foram 6.451 km² medidos pelo Prodes, sistema que dá a taxa oficial.

O Deter é mais rápido que o Prodes, mas, como não detecta pequenas áreas desmatadas, o governo evita usá-lo

para cálculo de área. No entanto, o Deter permite estimar a tendência da devastação.

A série de dados do Deter indica que a reversão da tendência de queda do desmatamento começou em março.

Em abril, quando o debate sobre o Código Florestal começou a pegar fogo no Congresso, a devastação medida pelo Deter cresceu 835%.

Segundo o governo, expectativas do setor produtivo em relação à anistia a desmatadores, somadas ao mercado de commodities agrícolas aquecido e a uma lei de zoneamento complacente em Mato Grosso, foram os culpados.

Mas ações do próprio governo também estão se mostrando responsáveis pelo aumento no desmate. Entre os municípios mais desmatados em junho estão Porto Velho (RO) e Altamira (PA), o que pode refletir impactos de novas hidrelétricas na região.

O diretor de Políticas de Combate ao Desmatamento do Ministério, Mauro Pires, reconhece a reversão, mas diz que as ações de fiscalização do governo no Pará e em Mato Grosso após o pico de desmatamento de abril estão surtindo efeito.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil Maior: inovar para competir e para crescer		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O atual contexto histórico impõe a urgência das medidas que serão adotadas.

Fernando **PIM**entel

Ontem, a presidente Dilma Rousseff lançou o Plano **Brasil Maior**, a nova política industrial, tecnológica e de **comércio** exterior do **Governo Federal**. Mais do que um slogan de lançamento, inovar para competir, competir para crescer, este é um desafio colossal. As experiências bem-sucedidas de nações que alcançaram um estágio superior de **desenvolvimento** evidenciam dois **importantes** ensinamentos, que o **Brasil** deve ter atenção.

O primeiro é que a história de cada país é formada pelas próprias mãos de seu povo. Não existe, portanto, um modelo de **desenvolvimento** ideal a ser seguido, como propõe o liberalismo econômico e suas variadas matizes contemporâneas, nas quais se supõe que o caminho do **desenvolvimento** se dá por um conjunto normativo de conduta racional dos agentes econômicos objetivando o bom funcionamento do **mercado** e a superação de suas falhas. A crença cega no sistema de preços como mecanismo de autorregulação do **mercado** tem sido o pomo da discórdia das teorias econômicas, desde o século XIX. Como amplamente evidenciado na historiografia de formação dos **mercados** nas nações ainda hoje hegemônicas (vide Marx, Polanyi e Braudel), a introdução da moeda, a criação do sistema de preços e o **desenvolvimento** da economia monetária são construções sociais, surgidas de conflitos antagônicos em geral superados pelo uso da violência e outras formas não canônicas de conduta dos agentes econômicos.

Nesse sentido, o **mercado** foi construído pela capacidade dos Estados Nacionais instituírem a ordem econômica, começando pela imposição do curso legal da moeda. Ao contrário do imaginário corrente, as trajetórias bem sucedidas de industrialização não foram o resultado natural do funcionamento da mão invisível e sim produto dos esforços dos povos na construção de modernos estados nacionais, com poder de comando sobre o território.

O esforço da inovação será alavanca decisiva na estratégia do salto da nossa indústria rumo ao futuro

O segundo **importante** ensinamento da história contemporânea das nações é o papel central do conhecimento científico e tecnológico. O que já se sabia sobre o poder social e econômico do conhecimento nas antigas civilizações (orientais e ocidentais) foi imensamente amplificado com o surgimento da indústria fabril como motor da **produção** material. A entrada no novo milênio significou o terceiro século da civilização sob o domínio do sistema fabril de **produção**. As quatro revoluções tecnológicas que se sucederam trouxeram em escala crescente o conhecimento para o comando operacional do sistema fabril. Os chamados sistemas embarcados são a expressão maior desse processo, no qual o computador é completamente encapsulado ou dedicado ao dispositivo ou sistema que ele controla. Pela engenharia mecatrônica pode-se otimizar o projeto reduzindo tamanho, recursos computacionais e custo do produto. A próxima revolução será a difusão da impressora em três dimensões diretamente no processo de **produção**, trazendo a possibilidade de ganhos de produtividade pela **produção** flexível, o que mudará definitivamente os parâmetros de retornos crescentes pela lei secular da escala e escopo.

Essas inovações radicais no sistema fabril poderão, paradoxalmente, ser aceleradas pela profundidade e extensão da atual crise econômica mundial. A busca de um novo ciclo de ganhos sustentáveis de produtividade, agora sob a pressão ambiental, pode mais uma vez ser o caminho de inflexão da crise e de retomada da expansão econômica. Como em outras crises sistêmicas da economia monetária mundial, a destruição criadora revigora uns e aniquila outros. Na última crise dessa natureza, a grande depressão de 1929, o **Brasil** saiu melhor do que entrou. Como nos ensinou Celso Furtado em sua Formação Econômica do Brasil, a ação deliberada do Estado foi então decisiva para que o país conseguisse se integrar ao ciclo de industrialização e expansão econômica mundial que se seguiu.

O atual contexto histórico impõe a urgência das medidas que serão adotadas. O grande desafio do **Brasil** é se preparar para um novo salto da produtividade do trabalho via inovação tecnológica, de tal forma a mudar nossa posição competitiva num mundo em profunda transformação. De um lado, as economias capitalistas mais avançadas mergulhadas

na crise, e de outro um grupo de países emergentes, liderados pelo extraordinário crescimento chinês.

O Plano **Brasil** Maior é uma resposta contemporânea de política de **desenvolvimento** produtivo a este grande desafio do salto de produtividade. Com um parque manufatureiro e uma rede de serviços avançados, e um sistema de ciência e tecnologia com escala e densidade significativas, a arma principal do país contra o acirramento da competição e apreciação cambial de nossa moeda é explorar as forças conquistadas no período recente, a estabilidade e a retomada do investimento e do crescimento.

Mercado grande e em expansão, poder de compras públicas, extensa fronteira de recursos energéticos, força de trabalho jovem e capacidade empresarial constituem ativos institucionais, físicos e sociais formidáveis. Para colocar tais forças em movimento na velocidade exigida, o esforço da inovação será alavanca decisiva na estratégia do salto da nossa indústria, rumo ao futuro.

Fernando **PIM**entel é ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Importado ganha espaço no consumo interno		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Dados sobre a participação dos produtos **importados** no **mercado** interno mostram por que as medidas de desoneração têm sido tão reivindicadas. No segundo trimestre, a participação das **importações** no consumo interno de bens industriais atingiu 21,6%, bem acima dos 19,1% do mesmo período de 2010. Em 2007, esse índice era de 15,2% e em 2002, 12,4%. O aumento reflete o crescimento das compras externas a um ritmo bem superior ao da **produção** local, num cenário de câmbio cada vez mais valorizado e expansão de demanda interna.

A fatia dos **importados** avançou tanto em setores beneficiados ontem pela nova política industrial do governo, como têxteis, calçados e móveis, quanto em outras áreas

importantes da indústria, como produtos químicos, veículos automotores e máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

No primeiro semestre, a **produção** industrial cresceu apenas 1,7% em relação ao mesmo período do ano passado, uma alta muito mais modesta que a registrada pelo volume **importado**, de 13,7%, segundo números da Fundação Centro de Estudos de **Comércio** Exterior (Funcex). Ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a **produção** industrial no segundo trimestre caiu 0,7% na comparação com o trimestre anterior.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo anuncia renúncia fiscal de R\$ 24 bi para ajudar indústria		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Daniel Ritner, Fernando Exman e Ribamar Oliveira

Com renúncia fiscal estimada em R\$ 24,5 bilhões até o fim de 2012, o governo lançou ontem 35 medidas para estimular investimentos e diminuir os efeitos negativos do real valorizado sobre a indústria. A medida mais elogiada pelos empresários só foi sacramentada no fim de semana: a restituição em espécie, aos produtores de bens manufaturados, do equivalente a 3% de suas **exportações** como forma de compensar o pagamento de tributos ao longo da cadeia. O mecanismo, batizado de Reintegra, tem aplicação imediata e os pagamentos devem começar em 90 dias. Com base nas atuais vendas ao exterior, devolverá cerca de R\$ 4 bilhões por ano aos **exportadores**.

O plano prevê que a alíquota patronal ao INSS dos setores de confecções, calçados, móveis e software será reduzida de 20% para 0% até dezembro de 2012. Para compensar essa desoneração, o governo baixará uma medida provisória criando uma contribuição previdenciária sobre o faturamento para esses setores, nos moldes daquela que é paga atualmente pela agropecuária.

A desoneração da folha de pagamento de confecções, calçados e móveis reduzirá as receitas da Previdência Social em R\$ 1,6 bilhão até dezembro de 2012, segundo Nelson Barbosa, secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda. A diferença será coberta pelo Tesouro. A renúncia decorre do fato de que o governo estabeleceu alíquota de 1,5% sobre o faturamento para esses setores, o que não é suficiente para compensar a receita que a Previdência tinha no sistema anterior. Colocamos alíquotas menores (para esses três

setores) porque queríamos ter uma desoneração, disse Barbosa.

Além do Reintegra, houve outras três grandes medidas de desoneração. A isenção de IPI para bens de capital, material de construção e caminhões e veículos comerciais leves, com vigência até o fim de 2011, foi estendida por mais um ano. Haverá ainda a possibilidade de usar imediatamente, e não mais em 12 meses apenas, o crédito de PIS-Cofins sobre as compras de bens de capital. Finalmente, o governo prometeu zerar o passivo - estimado em R\$ 19 bilhões - de pedidos de ressarcimento de PIS/Cofins cobrados nas **exportações**.

A presidente Dilma Rousseff assinou também decreto para regulamentar a lei que institui margem de preferência de até 25% para produtos e serviços nacionais nas licitações públicas. O foco maior será dado nas indústrias de defesa, medicamentos, têxteis, calçados e tecnologia de informação. Bancos estatais foram orientados a exigir o uso de fornecedores locais. Um exemplo são os financiamentos do programa Minha Casa, Minha Vida. Construtoras que tomarem linhas oferecidas pela Caixa Econômica Federal não poderão mais usar materiais **importados**.

O prazo máximo das investigações de denúncias sobre práticas de dumping foi reduzido de 15 para 10 meses. Também caiu o prazo para que início da aplicação de punições provisórias.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Setor de TI comemora incentivo à formalização		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Gustavo Brigatto

Moacir Drska

A substituição da cobrança de 20% de INSS na folha de pagamento por um imposto de 2,5% sobre o faturamento das companhias da área de tecnologia da informação (TI) terá um papel **importante** para a formalização dos trabalhadores que atuam no setor. Segundo a Brasscom, associação que reúne as principais empresas de software do país, hoje, metade dos 1,2 milhões de profissionais de TI trabalham no regime de pessoa jurídica, para pagar menos impostos.

Na avaliação de Antônio Carlos Gil, presidente da associação, isso cria distorções no **mercado**. As empresas que querem atuar de correta acabam penalizadas com o aumento nos custos, diz. Com a redução do imposto, completa, o registro como pessoa jurídica passa a ser menos atrativo. Esse incentivo à formalização, avalia Benjamin Ribeiro Quadros, presidente da BRQ, deixa o campo de jogo mais igualitário.

Segundo cálculos da Brasscom, o governo pode aumentar a arrecadação em pelo menos R\$ 600 milhões em período de cinco anos caso a desoneração para o setor de TI

seja mantida após o término do projeto piloto em dezembro do ano que vem.

Empresas como Totvs e BRQ ainda não fecharam as contas de quanto poderão economizar com a medida, mas comemoram o anúncio. O efeito é similar ao que aconteceu com o **mercado** de computadores. Com a desoneração de impostos, não vale mais a pena fazer coisas indevidas, diz Laércio Cosentino, presidente da Totvs.

Para Luis Mário Luchetta, presidente da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro), mais do que os benefícios potenciais, as medidas anunciadas reforçam que o governo passou enfim a entender o setor de TI como um segmento estratégico para o **desenvolvimento** do país. Não é tudo o que esperávamos, mas já é um grande passo, diz. Ele acrescenta que o diálogo entre o **mercado** de TI e pastas como o **Ministério** da Ciência e Tecnologia e o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** ocorre com mais facilidade hoje.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Mercado negocia com o governo mudanças no pacote cambial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Febraban, que reúne os bancos, BM&FBovespa, Cetip e Anbima estão debruçadas sobre uma contraproposta ao pacote cambial lançado para conter a especulação com o real no **mercado** de derivativos. As entidades pretendem apresentar alternativas para que o governo possa coibir sobretudo as operações de "carry trade" - tomar crédito a taxas de juros baixas em um país e aplicá-lo em outro onde os juros são maiores.

Em encontro na semana passada, uma das sugestões apresentadas pelas entidades ao governo foi que se deixasse de lado a tributação das posições vendidas e se mirasse o aumento das margens de garantia depositadas. Os encontros entre representantes do **mercado** e integrantes do governo tem sido frequentes. Na segunda-feira o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, manteve conversas em São Paulo sobre o tema.

Mercado prepara contraproposta a medidas cambiais

Dólar: Febraban, BM&F, Cetip e Anbima querem apresentar alternativas para coibir "carry trade"

Angela Bittencourt, Cláudia Safatle e Vinícius Pinheiro | De São Paulo

A Febraban, que reúne os bancos, a BM&FBovespa, a Cetip e a Anbima estão debruçadas sobre uma contraproposta ao pacote cambial lançado pelo governo há uma semana e focado no **mercado** de contratos derivativos.

Partindo da premissa de que o governo Dilma Rousseff quer combater a valorização do real, as principais entidades do **mercado** financeiro brasileiro pretendem apresentar alternativas para que o governo possa coibir sobretudo as operações de "carry trade".

Essas operações, que consistem em tomar dinheiro a taxas de juros baixas em um país e aplicá-lo em outra moeda onde os juros são maiores, são apontadas pelo **mercado** como um dos principais, se não o mais ativo, instrumentos utilizados por investidores internacionais. O "carry trade" dá fôlego ao real ante o **dólar**.

Em sequência ao encontro realizado na semana passada com representantes do governo, as entidades do **mercado** tomaram a iniciativa de elaborar a contraproposta ao pacote cambial, dada a dificuldade de aplicação das medidas oficiais que têm intrincadas implicações jurídicas.

Há uma semana, o governo decidiu tributar as posições líquidas vendidas em derivativos cambiais com alíquota inicial de 1%, mas que pode chegar a 25%. A tributação está em vigor, mas o recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) foi postergado para 5 de outubro, uma vez que as medidas anunciadas carecem de regulamentação.

Além da tributação do aumento das posições líquidas vendidas em contratos derivativos, o pacote cambial dá ao Conselho Monetário Nacional (CMN) poderes de "intervenção" no **mercado** de derivativos cambiais.

Em encontro na semana passada, uma das sugestões apresentadas pelas entidades ao governo foi que se deixasse de lado a tributação das posições vendidas e se mirasse, alternativamente, o aumento das margens de garantia depositadas. Os encontros entre representantes do **mercado** e integrantes do governo têm sido frequentes nos últimos dias. Na segunda-feira o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, manteve conversas em São Paulo sobre o tema.

O **mercado** de câmbio continua "travado", segundo relatos de profissionais da área. O operador de câmbio de um grande banco destaca que nenhum agente tem se disposto a assumir posições compradas no **mercado** de derivativos, justamente com receio da tributação "na volta", ou seja, no momento em que resolver ampliar novamente a posição vendida. Dessa forma, o **mercado** não anda para um lado nem para o outro. "Uma das consequências é que o **mercado** está totalmente à mercê dos fluxos, porque o especulador não entra para exercer seu papel", diz o operador. Além disso, os "spreads" cobrados pelos bancos dos **exportadores** que buscam hedge segue alto por conta disso.

Nas conversas com o governo, os interlocutores das entidades de **mercado** demonstraram a disposição de colocar as medidas em pé, mas desejam limitar a sua abrangência àqueles que efetivamente especulam com o câmbio. Para isso, querem implementar uma espécie de convênio com o governo,

com o objetivo de **monitorar** a exposição vendida no **mercado** e ajudar na elaboração de medidas.

Apesar das declarações do ministro Guido Mantega (Fazenda) de que os **exportadores** não seriam afetados, na prática, todos investidores que possuem posições vendidas no **mercado** de derivativos serão taxados, ainda que tenham exposição contrária no **mercado** à vista. A preocupação de executivos de **mercado** é que o aumento nos custos desestimule as empresas a realizarem operações de proteção contra a flutuação do **dólar** (hedge).

A implementação das medidas cambiais esbarra ainda em detalhes técnicos, que dificilmente serão resolvidos no curto prazo sem mudanças por parte do governo. Há quem duvide da viabilidade de se fazer o recolhimento em outubro.

As regras estabelecem, por exemplo, que as câmaras de compensação de Cetip e BM&FBovespa ficarão responsáveis pelo recolhimento do IOF, mas atualmente não há uma comunicação entre as duas instituições.

Além de exigir a criação de sistemas específicos, profissionais que operam no **mercado** de derivativos relatam que a norma esbarra em uma questão prática: quem, dentro das empresas e bancos, está autorizado a pedir a

transferência dos dados sobre a exposição cambial - protegidos por sigilo bancário - de uma clearing para outra?

O **mercado** quer evitar a repetição do problema enfrentado durante a crise envolvendo derivativos cambiais exóticos, quando houve casos de contestação da operação porque o profissional que realizava os contratos com os bancos não tinha autorização formal da empresa. A alternativa, nesse caso, seria transferir o recolhimento do IOF para o detentor da posição - a empresa ou o investidor -, deixando para as câmaras de compensação de Cetip e BM&F apenas o trabalho de apuração da exposição vendida.

Os bancos e a bolsa também aguardam ainda a definição da metodologia para calcular o valor da exposição líquida em derivativos e definir, assim, a base de cálculo do imposto. Especialistas afirmam que, dependendo do tipo de contrato, existe mais de uma maneira de se apurar a variação da exposição. Sem uma definição sobre qual fórmula usar, o cálculo do imposto devido pode ser contestado pelo investidor e até mesmo pela Receita Federal.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Política industrial prevê R\$24 bi em desoneração		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Entre as medidas de proteção, governo poderá comprar produtos nacionais até 25% mais caros que **importados**

Martha Beck, Eliane Oliveira, Chico de Gois e Geralda Doca economia@oglobo.com.br

BRASÍLIA. Para tentar abrandar o desânimo que abate o empresariado brasileiro, o governo anunciou ontem o Plano **Brasil** Maior, nova política industrial ancorada na proteção do setor produtivo contra a concorrência predatória e as crises globais que se anunciam. São R\$24,5 bilhões em desonerações da folha de pagamento, das **exportações** e de investimentos até o fim de 2012, medidas de defesa comercial, financiamento a condições vantajosas e preferência de compra nas licitações públicas, por preço médio até 25% maior, às empresas que produzam aqui com conteúdo nacional e valor agregado.

A uma plateia de empresários - que elogiaram as medidas, apesar de considerá-las insuficientes -, a presidente Dilma Rousseff pediu ânimo e ousadia para combater a concorrência desleal imposta por bens **importados** que inundam o país.

- Iniciamos uma cruzada em defesa da indústria brasileira diante de um **mercado** internacional com uma competição, na grande maioria das vezes, desleal e predatória - disse ela, que foi aplaudida e acrescentou: - A indústria nacional tem em mim uma aliada, uma parceira consciente das dificuldades, mas também das potencialidades do nosso setor produtivo.

A presidente também deixou claro mais uma vez que sua prioridade é o crescimento da economia, com inclusão social, mas ressaltou que não abrirá mão do controle da inflação e da responsabilidade fiscal:

- Aos que pensam que, em um momento de incerteza internacional como o que vivemos, o mais prudente é não agir e esperar a onda passar, eu contra-argumento, amparada na experiência que tivemos durante o período do governo do presidente Lula, em 2008 e 2009: é justamente em uma situação de tensões no mundo que devemos mostrar, além do indispensável bom senso, uma boa dose de ousadia.

No pacote, estão medidas que vinham sendo cobradas pelos empresários como a desoneração da folha de pagamento de empresas. Ela, porém, será temporária e restrita aos setores de confecções, moveleiro, software e calçadista. O governo vai zerar a contribuição previdenciária patronal de 20% que incide sobre a folha de pagamento das empresas e criará uma nova cobrança (que varia entre 1,5% e 2,5%) sobre o faturamento. O Tesouro ficará encarregado de colocar R\$1,6 bilhão na Previdência para cobrir uma possível perda.

Também foi criado o programa Reintegra, que concede crédito imediato de 3% sobre receitas de **exportação** de bens manufaturados, com renúncia fiscal estimada em R\$7 bilhões. A lista de produtos industrializados que terão direito ao benefício será regulamentada.

- É algo inédito, capital de giro na veia da indústria. País desenvolvido é país que tem indústria. Vamos defender a nossa - disse o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel.

'Quanto menos competidores, maior a chance de sobrepreço'

O governo comprometeu-se ainda a regulamentar a preferência de compra de produtos nacionais, aprovada no ano passado pelo Congresso, com preço até 25% maior. Começará pelas áreas de saúde, defesa (compra de fardas e coturnos, por exemplo, na qual a China vem ganhando espaço) e tecnologias da informação e de comunicação.

PIMentel destacou que a ideia é estabelecer condições que garantirão um tratamento diferenciado a empresas que geram empregos, fabricam itens com maior valor agregado e que usem, em sua maioria, insumos nacionais. Serão fixadas margens máximas de preços para diferentes setores, assim como percentuais de nacionalização.

Especialistas e oposição, em geral, saudaram a preferência nas compras, mas lembram que ela precisa vir com medidas que reduzam distorções do câmbio e deficiências de infraestrutura.

- Acho bem-vinda a iniciativa de dar preferência a produtos nacionais nas compras governamentais, mas desde

que não distorça as oportunidades das cadeias produtivas. Não adianta abrir uma porta e fechar outras - afirmou o líder do PSDB na Câmara, Duarte Nogueira (SP).

- Muitos países usam este expediente para reativar ou desenvolver a sua economia. Os EUA fazem isso desde 1933. O mesmo acontece na China, Índia e Coreia. Se fizer de maneira inteligente, vai poder agregar valor à indústria. Mas se for usado de maneira errada, pode dar margem à corrupção - ponderou Antonio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP.

O advogado Jonas Lima, especialista em licitações, advertiu que a falta de normas traz insegurança jurídica para fornecedores estrangeiros. Ele alertou que a preferência tende a reduzir o número de competidores e pode levar a condições de contratação aquém do desejado:

- Quanto menor o número de competidores, maiores as chances de sobrepreço.

O **Brasil** Maior também prorroga desonerações do IPI para a construção civil, bens de capital, caminhões e veículos comerciais leves do fim de 2011 para o fim de 2012, além de zerar o prazo para que as empresas aproveitem créditos de PIS/Cofins. O **BNDES** também entrou no conjunto de ações com

reforço nas linhas de financiamento e de capital de giro com juros reduzidos. Um orçamento estimado de R\$500 bilhões entre 2011 e 2014 do banco estará afinado com as diretrizes da política industrial.

Para o setor automotivo, está sendo criado um novo regime de incentivos, no qual reduções do IPI estarão atreladas a investimentos em inovação e **produção** de conteúdo local. **PIM**entel adiantou ainda que, provavelmente este mês, sairão incentivos tributários para os setores de semicondutores e de redes de telecomunicações.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, previu que a crise nos países ricos deve durar mais três anos e defendeu proteção.

- O **mercado** brasileiro deve ser usufruído pela indústria brasileira e não pelos aventureiros que vêm de fora.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo vai gastar até 25% mais para proteger indústria		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Benefício será para empresas que se comprometerem a substituir importados

De olho na concorrência estrangeira e disposto a proteger a empresa nacional, o governo Dilma Rousseff anunciou ontem uma nova política industrial que alivia encargos da Previdência, fixa mais prazo e menos juros para financiamentos e institui um "prêmio" de 25% nas licitações para quem se comprometer a gerar empregos e renda no Brasil em vez de comprar importados. Só em desonerações

de tributos, são R\$24,5 bilhões. O plano, chamado Brasil Maior, traz medidas que vinham sendo cobradas pelos empresários, como a desoneração da folha de pagamento, mas ela será restrita aos setores de calçados, confecções, móveis e software, que deixarão de recolher 20% de INSS e passarão a pagar entre 1,5% e 2,5% sobre o faturamento. O Tesouro bancará as perdas.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Produção industrial recua 1,6% em junho, abaixo da previsão do mercado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Alta do juro, crédito mais restrito e câmbio prejudicam setor, dizem analistas

Paulo Fridman/Bloomberg News

Henrique Gomes Batista
henrique.batista@oglobo.com.br

A **produção** industrial voltou a cair em junho de forma mais intensa que o previsto e indica um período de fraca atividade, segundo analistas. De acordo com os dados divulgados ontem pelo IBGE, a atividade industrial foi 1,6% inferior à registrada em maio, levando em conta ajustes sazonais. A maior parte dos economistas aguardava uma retração entre 0,4% e 0,5%.

- O que chama a atenção é que, dos 27 setores pesquisados, 20 apresentaram redução, o que mostra que a desaceleração é generalizada - afirmou André Macedo, coordenador da pesquisa do IBGE.

A queda na **produção** foi registrada em todas as categorias, na comparação de junho com maio. A retração foi maior nos produtos semiduráveis e não duráveis (-2,4%), bens de consumo (-2%) e bens de capital (-1,9%).

Macedo lembra que mesmo a alta de 1,7% registrada no trimestre mostra uma forte desaceleração na comparação com períodos anteriores. O IBGE aponta que no acumulado de

12 meses até junho a alta é de 3,7%, contra elevação de 4,5% no período encerrado em maio. O resultado confirma a queda constante desde outubro de 2010, quando o acumulado em 12 meses estava em 11,8%.

Em maio, a **produção** industrial apresentou alta de 1,1% sobre abril, que já havia registrado uma queda de 2,3% sobre o resultado de maio. O resultado de junho foi 0,9% superior ao do mesmo mês de 2010.

Analistas indicam que estes números mostram o impacto no setor da alta dos juros e da restrição ao crédito - adotadas para conter a inflação. E a indústria também sofreu com a valorização do real, que eleva competição de produtos **importados**.

"A acomodação da atividade deverá persistir no segundo semestre, como consequência das políticas monetária e fiscal restritivas em curso desde o final de 2010. Projetamos, em linha com essa avaliação, um crescimento da **produção** industrial de 3% em 2011 (contra uma expansão de 10,4% em 2010)", afirmou o economista Flávio Combat em relatório da Concórdia Corretora.

A LCA Consultores indica que o setor industrial deve ter um desempenho modesto no segundo semestre, com altas médias de 0,6% por mês. Assim, a **produção** industrial deve fechar o ano com alta de 3%, segundo análise da consultoria.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO A desindustrialização do Brasil		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Empresário, é presidente do Sistema Fibra (Federação das Indústrias do Distrito Federal)

As dúvidas sobre o comportamento da economia brasileira continuam. O ministro Guido Mantega anunciou, nos últimos dias, uma série de novas medidas para conter a alta desenfreada do real frente ao **dólar**. A principal delas é a cobrança de 1% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações com derivativos, contratos feitos no **mercado** futuro. A Medida Provisória 539 dá liberdade ao governo de aumentar essa alíquota em até 25%. Tal medida tem impacto maior sobre o **mercado** financeiro e não se reflete diretamente no bolso do brasileiro. Mas o sinal de alerta está aceso. O Banco Central já decidiu pelo quinto aumento consecutivo da taxa básica de juros, elevando-a para 12,50% ao ano.

Na prática, a taxa de juros nada mais é do que o instrumento utilizado pelo BC para manter a inflação sob controle ou para estimular a economia. Se os juros caem muito, a população tem maior acesso ao crédito e consome mais. Isso deveria ter uma avaliação positiva, mas a aceleração da economia eleva os preços e ocasiona inflação. Por essa razão, as autoridades monetárias optam por vir aumentando a Selic de forma crescente.

O aumento dos juros encarece o crédito e diminui o consumo. A indústria não entende nessa política um benefício para o setor produtivo. Entendemos, sim, que o governo precisa adotar imediatamente medidas que amenizem os efeitos do aumento dos juros sobre a competitividade das empresas. Essa decisão do Copom faz com que o **Brasil** continue na liderança do ranking dos países com maiores juros reais do planeta. Estamos no topo desde janeiro de 2010. Assim, atraímos capital externo, o que intensifica a forte valorização do real diante do **dólar**. Na prática, nossos produtos perdem espaço em detrimento dos estrangeiros.

O economista Mailson da Nóbrega esteve recentemente na Fibra conversando com empresários do DF e nos tranquilizou sobre o risco quase nulo de que grande inflação derrube a economia brasileira justamente pelo fato de que o Banco Central esteja aumentando a Selic. Não queremos uma inflação desenfreada, mas também não podemos retroceder no aquecimento do consumo. É uma lógica difícil de ser compreendida, mas existem mecanismos técnicos e políticos que trazem essa solução. Levantamos a bandeira do consumidor brasileiro, que hoje possui uma classe C como maior fatia do bolo. Uma sociedade com mais poder de compra é uma conquista pela qual iremos sempre lutar. Defendemos, sim, a inclusão de medidas efetivas de desoneração tributária na nova fase da política industrial. Indústria e **comércio** fortes são sinais de **desenvolvimento**.

Nossa esperança no governo é sempre positiva. Esperamos que a nova política industrial seja desenhada em cima de medidas que evitem a desindustrialização do país. A expectativa em relação ao conteúdo do plano para a indústria brasileira é grande. Já ouvi rumores de que a presidente Dilma possa promover desoneração superior a R\$ 45 bilhões em quatro anos, entre 2012 e 2015, atingindo, sobretudo, as **exportações**. O que nós desejamos é que o foco seja a manutenção do crescimento e do **desenvolvimento** do país.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou ao governo propostas formuladas em conjunto com as federações e associações empresariais para a nova política industrial. Sugerimos desoneração dos investimentos e das **exportações**, medidas de defesa comercial e de controle das **importações**, criação de mecanismos de incentivo à compra de produtos nacionais, o estabelecimento de um índice de conteúdo local e novos financiamentos e incentivos para a

inovação tecnológica, para dar mais competitividade às empresas.

Temos que aumentar a competitividade da indústria e evitar a desindustrialização do país. Esse processo precisa ser desacelerado, pois a participação da indústria no **PIB** nacional diminuiu a olhos vistos. Entre 59 países, o **Brasil** foi rebaixado para a 44ª posição no ranking da competitividade global. No DF, os efeitos já

estão sendo sentidos pelos empresários. Segundo indicadores de confiança divulgados pela Fibra, o industrial da capital federal se mantém otimista em julho, mas em menor escala ante junho deste ano e julho do ano passado. O ambiente se revela instável para a realização de negócios. O problema merece nossa reflexão. Vamos acompanhar de perto seus desdobramentos.

	VEÍCULO ÚLTIMO SEGUNDO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo pagará mais pelo "made in Brasil" com arrecadação maior		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Modelo que vai estimular aquisição de produtos e serviços com mais conteúdo nacional ainda tem questões a serem resolvidas

O governo aceita pagar até 25% mais por produtos e serviços nacionais, em vez de adquirir **importados**, esperando que a geração de impostos em toda a cadeia de **produção** pelo aquecimento da economia compense esse gasto extraordinário, principalmente por meio do imposto de renda de empresas e pessoas físicas.

Leia também: Política industrial reduz impostos e desonera folha de pagamento
Política industrial inclui ressarcimento a **exportadores**
Desoneração tributária será de R\$ 25 bilhões em 2 anos

Segundo o secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, esse aumento de arrecadação pode resultar das medidas anunciadas ontem no âmbito do Plano **Brasil** Maior. "O resultado da Receita Federal pode ser maior do que se não houvesse essas medidas, e os impostos podem compensar parte desse esforço."

A medida, portanto, visa não apenas estimular a indústria manufatureira nacional, como pode apresentar uma compensação tributária específica para a Receita Federal. Não por acaso, os limites de margem para pagamento extra serão definidos setor por setor, com base na estrutura tributária de cada produto.

Inspiração americana

Segundo o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **Pimentel**, a proposta de pagar mais pelo nacional tem inspiração no "Buy American Act", de 1933, implantado pelos EUA como uma das medidas de recuperação econômica após o crash de 1929.

Atualmente, além dos EUA, também China, Rússia, Índia, entre outros países possuem políticas específicas

de compras governamentais. Por isso, ele não vê riscos de reclamações à Organização Mundial do **Comércio** (OMC) por outros países quanto às medidas agora adotadas.

Barbosa explica que os setores que deverão ter mais vantagens com a medida, de início, serão principalmente setores de medicamentos, têxteis e telecomunicações. No caso de têxteis, a ideia é que o **Ministério** da Defesa, por exemplo, já adquira fardas e coturnos segundo essa política.

Fiscalização é obstáculo

Pimentel explica, porém, que ainda não está totalmente definida a forma como o governo brasileiro vai conferir se determinados produtos ou serviços atendam à exigência mínima. "Temos que achar um modelo para isso ainda."

A Petrobras adota política parecida e já foi alvo de questionamentos por concorrentes de empresas que acreditaram que vencedoras de contratos não cumpriam a exigência.

No caso do Minha Casa, Minha Vida, há previsão para que sejam adquiridos materiais de construção civil nacionais, mas, segundo **Pimentel**, há indícios de que mais produtos **importados** têm sido adquiridos. "Nossa balança comercial de materiais de construção era positiva e recentemente virou deficitária."

Por essa política, os produtos nacionais o com maior predominância de componentes nacionais - o que vai ser definido caso a caso - poderão custar até 25% a mais do que estrangeiros e, ainda assim, levar a melhor em editais públicos. Também essa margem será definida caso a caso, sendo 25% o teto.

Automóveis têm condições especiais

No caso do setor automotivo, também serão concedidas vantagens especiais às empresas que tiverem

maior conteúdo nacional no seu negócio - o que não se restringe à linha de montagem. A adesão é voluntária para montadoras e indústrias de autopeças e as empresas têm de elevar investimentos, agregação de valor, transferência tecnológica, emprego e inovação, o

que também teria efeitos arrecadatórios positivos no país. "Queremos estimular a inovação e o investimento dentro do país", diz **PIM**entel.

	VEÍCULO JORNAL NACIONAL ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Governo lança medidas para estimular a indústria		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: Para estimular a indústria, o governo lançou hoje um conjunto de medidas. Uma delas reduz o custo de contratação de trabalhadores para grandes empregadores.

APRESENTADORA FÁTIMA BERNARDES: O governo também vai abrir mão de arrecadar mais de R\$ 24 bilhões em impostos do setor.

REPÓRTER CLÁUDIA BOMTEMPO: As medidas são para fortalecer a indústria nacional e tornar as empresas mais competitivas no **mercado** internacional.

MINISTRO DO **DESENVOLVIMENTO**/FERNANDO **PIMENTEL**: Hoje o mundo está numa crise econômica visível. As indústrias estão jogando seus preços pra baixo, as indústrias internacionais, tentando entrar nos **mercados** que ainda resistem à crise. E o caso do **mercado** brasileiro é um deles.

REPÓRTER CLÁUDIA BOMTEMPO: O governo vai deixar de arrecadar R\$ 24,5 bilhões até julho de 2013. Indústrias de confecção, calçados, móveis e softwares não pagarão mais a contribuição de 20% para a Previdência Social. Em contrapartida, pagarão um percentual pequeno sobre o faturamento.

Exportadores de bens industrializados receberão de volta até 3% do ganho com a **exportação**. É uma compensação pelos impostos pagos ao longo da **produção**. O governo vai reduzir impostos sobre a compra de máquinas, equipamentos para a indústria, materiais de construção, caminhões e veículos. A presidente Dilma disse que é preciso proteger a economia.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA/DILMA ROUSSEFF: Hoje, mais do que nunca, é imperativo defender a indústria brasileira e nossos empregos da concorrência desleal da guerra cambial, que reduz nossas **exportações**.

REPÓRTER CLÁUDIA BOMTEMPO: Essa é a segunda tentativa do governo em pouco mais de um ano de incentivar o **desenvolvimento** da indústria brasileira. Segundo os empresários, o pacote lançado ainda no governo **Lula** não deu certo, muitas medidas nem saíram do papel.

Agora, a presidente Dilma enfrentou resistências dentro da própria equipe que não queria perder receita. Para a

oposição, o que foi anunciado hoje também não resolve o problema da indústria brasileira.

DEPUTADO FEDERAL/DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP): Não garante uma proteção integral e um apoio de uma política industrial integral para o conjunto todo da indústria brasileira.

ENTREVISTADO:Essa política é muito **importante**. Agora, muito mais será feito, mas já é um início muito contundente pra enfrentar os problemas que a indústria hoje reclama ao governo brasileiro.

APRESENTADORA FÁTIMA BERNARDES: Os setores beneficiados pelo pacote do governo consideraram as medidas positivas.

REPÓRTER JOSÉ ROBERTO BURNIER: Eles estão entre os que mais sofrem com a queda do **dólar** e com a concorrência dos **importados**. Os setores de calçados, móveis, softwares - os programas de computador - e as confecções receberam com alívio o plano do governo.

Todas são indústrias que empregam muita gente e, pelo menos até o final de 2012, vão ter um custo menor na folha de pagamento. Só na indústria têxtil são 1,7 mil trabalhadores. Nos últimos 12 meses, a entrada de roupas feitas lá fora aumentou 60%, e mil funcionários já foram demitidos. Agora a chance de recuperação aumenta.

VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL/ALFREDO BONDUKI: Primeiro significa mais competitividade, uma redução de 60%, 70% desses encargos para as empresas de confecção e vai permitir que elas possam competir com os produtos **importados**.

PRESIDENTE CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA/ROBSON ANDRADE: Na minha opinião, eu acho que ajuda bastante, contribui bastante, mas não é suficiente. Eu acho que temos que continuar.

REPÓRTER JOSÉ ROBERTO BURNIER: Os dirigentes da CUT e da Força Sindical, as duas maiores centrais de trabalhadores do país, criticaram as medidas. Ao contrário do que informou o governo, eles disseram que não participaram da elaboração do plano, e que o alívio na folha de

pagamento das indústrias não vai criar empregos. Segundo eles, pode até gerar outros problemas.

VICE-PRESIDENTE DA FORÇA SINDICAL/MIGUEL TORRES: É uma bomba relógio, para a previdência. Daqui há alguns anos, com certeza, essa conta virá, talvez com um rombo muito maior na previdência.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS DA CUT/VAGNER FREITAS: Me parecem boas as medidas sob o ponto de vista das suas intenções. Agora, não é nada colocado nas medidas que estabeleça meta, por exemplo, para estabelecer novos e melhores empregos, isso nos preocupa.

REPÓRTER JOSÉ ROBERTO BURNIER: Este professor da Fundação Getúlio Vargas elogiou o plano. Disse que ele abre espaço para a criação de mais empregos e que chegou em boa hora.

PROFESSOR DE ECONOMIA FGV/EVALDO ALVES: A política industrial anunciada, ela é oportuna, não pela inovação apenas, é porque nós estamos sofrendo ameaça. Nós estamos sofrendo a competição dos outros países emergentes, e se a gente não for rápido, a gente acaba perdendo mercado.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO Empresário tem de se acostumar a câmbio, diz <u>PIM</u>entel		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O real valorizado está aqui para ficar e as empresas têm de se acostumar com esse novo ambiente, disse o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **PIM**entel, em entrevista concedida a correspondentes estrangeiros em São Paulo.

"O câmbio não vai mudar no curto prazo e teremos uma moeda forte por um longo período; o **Brasil** mudou para o grupo de países com moeda forte e com contabilidade fiscal equilibrada", afirmou **PIM**entel. "Os empresários terão de se acostumar a isso", acrescentou.

PIMentel afirmou ainda que os indicadores recentes sobre a **produção** industrial foram "muito ruins" e causaram profunda preocupação no governo.

PIMentel rejeitou acusações de que a regulamentação sobre as compras governamentais, parte do Plano **Brasil** Maior, seja protecionista. Segundo ele, países vizinhos membros do **Mercosul** também serão beneficiados pelo plano, o qual prevê o pagamento pelo governo de 25% a mais nas

compras de bens que contenham 40% de produtos nacionais ou de qualquer país do **Mercosul**.

"As críticas de protecionismo são fáceis de serem feitas e podem ser atribuídas a qualquer medida", disse **PIM**entel. "Estamos implementando, com muitos anos de atraso, o ato Buy America. Isso não é protecionismo." O ato Buy America foi transformado em lei nos Estados Unidos pelo presidente Franklin Roosevelt em 1933.

"Protecionismo seria se proibíssemos as **importações**. Por exemplo, não vamos proibir as **importações** de carros, mas vamos encorajar os que produzem localmente", disse. As informações são da Dow Jones.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO Equipe econômica falará na Câmara sobre crise mundial e política industrial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Câmara vai converter parte da sessão plenária da próxima terça-feira (9) em comissão geral para que os ministros da equipe econômica expliquem as medidas para conter os impactos, no Brasil, da crise dos Estados Unidos e da Europa. Também devem falar sobre a nova política industrial anunciada nesta terça-feira pela presidente Dilma Rousseff.

“A partir desse debate, poderão ser definidas algumas ações do Parlamento para ajudar o Brasil a enfrentar a crise internacional”, avaliou o presidente da Câmara, Marco Maia. Ele lembrou ainda que a implementação da política industrial passa pelo Congresso. “O Legislativo se compromete em debater o tema com a seriedade e a celeridade necessárias para viabilizar um maior desenvolvimento do setor”, disse.

A presença da equipe no Plenário reforça as declarações dos líderes governistas de que as medidas econômicas serão o foco deste segundo semestre. São esperados o ministro da Fazenda, Guido Mantega; da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante; e do Desenvolvimento, Fernando PIMental; além de outros convidados indicados pelos partidos.

O líder do PSDB, deputado Duarte Nogueira (SP), avalia que o evento vai permitir que a oposição também dê suas soluções para conter a inflação. “No bojo dessa discussão internacional, queremos dar nossa opinião sobre política macroeconômica, política de juros e inflação”, disse.

Crise internacional

Os ministros devem explicar como o governo se prepara contra os reflexos das crises dos Estados Unidos e da Europa. A queda do dólar e as medidas de controle da inflação também poderão ser abordadas.

Os Estados Unidos conseguiram, depois de semanas de indefinição, um acordo para aprovação de lei que eleva o teto da dívida pública, encerrando um impasse que poderia levar a um calote inédito do governo norte-americano. O presidente Barack Obama sancionou a lei hoje, logo após a

aprovação pelo Senado – o texto havia sido aprovado pela Câmara na segunda-feira (1º).

Além dos Estados Unidos, países europeus também enfrentam problemas para honrar os seus compromissos. É o caso de Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha, que tiveram de aprovar pacotes austeros para tentar manter o equilíbrio de suas economias.

Política industrial

Outro ponto a ser discutido na comissão geral é a nova política industrial, que reduz impostos para setores sensíveis à queda do dólar e libera recursos para a ampliação do financiamento à inovação.

Entre as principais medidas anunciadas nesta terça-feira está a desoneração da folha de pagamentos de setores sensíveis ao câmbio, com alta competitividade externa e intensivos em mão de obra. Marco Maia elogiou a iniciativa. “A redução dos encargos vinculados aos salários dos trabalhadores diminui o custo dos produtos e torna-os mais competitivos em relação aos importados. Além disso, estimula a geração de empregos e combate a informalidade”, afirmou.

Para Duarte Nogueira, o governo está “tentando salvar alguns anéis” ao privilegiar alguns setores mais afetados pela crise, mas negligenciando as demais áreas que vão precisar de ajuda se o problema se estender. “Esse é o quarto anúncio de política industrial desde 2004. Nesse período, não saímos do 'anuncismo'.”

O vice-líder do governo Odair Cunha (PT-MG) disse que a intenção é proteger os setores que mais geram empregos e, portanto, teriam de receber maior atenção. Ele ressaltou o aumento do investimento em inovação. “A tecnologia é central para o Brasil competitivo que queremos ver daqui para a frente.”

	VEÍCULO JB ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Empresários apoiam medidas do governo para incentivar indústria		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Os empresários de diferentes setores estão otimistas com as medidas de apoio à indústria nacional anunciadas hoje (2) pelo **Governo Federal**. Foi o que percebeu o presidente do Movimento **Brasil** Competitivo (MBC), Erik Camarano, ao conversar com empreendedores durante o coquetel de abertura da cerimônia de entrega do Prêmio Nacional de Inovação.

"As empresas dos vários setores estão avaliando como um avanço [as medidas de apoio à indústria nacional]", disse Camarano. "A gente ainda tem muito a fazer, mas a direção está correta."

Para o empresário do setor de autopeças Paulo Tigre, o Plano **Brasil** Maior indica que o governo está preocupado com o **desenvolvimento** da indústria. "O governo

praticamente assumiu a de defesa dos nossos interesses nas áreas de **importação** e de **exportação**."

De acordo com o empresário, a mobilização do **Governo Federal** mostra que novos incentivos deverão ser anunciados em breve. "Acredito que vamos começar a andar mais rápido, até porque o governo está criando um grupo de inteligência para o **comércio** exterior."

Segundo Camarano, a iniciativa foi bem aceita porque busca resolver os principais gargalos que atrapalham a indústria nacional. "O **Brasil** tem grandes gargalos, como o custo da folha de pagamento." Além disso, acrescentou, é preciso simplificar e reduzir a carga tributária. Ele defende também o aumento de investimento em infraestrutura e na qualificação do ensino.

	VEÍCULO PORTO GENTE	EDITORIA	
	TÍTULO PIMentel e Mercadante participam do Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Os ministros Fernando **PIMentel**, do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, e Aloizio Mercadante, da Ciência e Tecnologia, participarão do 4º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria. Durante o evento, que será realizado nesta quarta-feira, 3 de agosto, no Centro de Convenções do Sheraton WTC, em São Paulo, os ministros e os empresários avaliarão os desafios que o país precisa vencer para aumentar os investimentos em inovação e ganhar competitividade.

Organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Congresso reafirmará o compromisso do setor privado com o **desenvolvimento** tecnológico. O evento, que reunirá mais de 600 empresários, acadêmicos e representantes de governo, será aberto às 9h pelo presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, e o ministro da Ciência e Tecnologia. Ao longo do dia, dirigentes de grandes empresas discutirão a importância da inovação para o futuro do **Brasil** e as oportunidades do país nesta área.

Entre os debatedores estão os presidentes da Fiat, Cledorvino Belini; da Embraer, Frederico Curado, e do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), Luciano Coutinho. Também participarão dos painéis os presidentes da Siemens, Adilson Primo; da Braskem, Carlos Fadigas; da Klabin, Horácio Lafer Piva; da Marcopolo, José Rubens de La Rosa; da Natura, Pedro Passos, e da IBM, Ricardo Pelegrini.

À tarde, especialistas internacionais mostrarão como a inovação promove o **desenvolvimento**. Entre eles estão o norte-americano Anthony Townsend, diretor do Instituto para o Futuro, órgão de pesquisa independente com sede no Vale do Silício, e o cientista chinês Bai Chunli, especialista em nanotecnologia, que preside a Academia Chinesa de Ciências.

Veja a programação do 4º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria no site da CNI.

	VEÍCULO PORTAL A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Nova política industrial e de <u>comércio</u> exterior sem impactos negativos ao Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministro do **Desenvolvimento** garante que programa 'Brasil Maior', não traz qualquer perda ou prejuízo para **Zona Franca** de **Manaus**

BRASÍLIA , 03 de Agosto de 2011

ANTÔNIO PAULO

Os empresários e políticos do **Amazonas** respiraram aliviados, pelo menos temporariamente, com o anúncio do plano "Brasil Maior", a nova política industrial, tecnológica, de serviços e de **comércio** exterior do País, porque não traz impactos negativos ao Polo Industrial de **Manaus (PIM)** como se temia.

Lançado na terça (02), pela presidente Dilma, o programa está focado no tripé: estímulos ao investimento e à inovação; desoneração das **exportações**; defesa da indústria e do **mercado** interno.

Ao final da solenidade de lançamento do "Brasil Maior", que não fez qualquer referência à indústria da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**, o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic)**, Fernando **PIM**entel, respondeu ao questionamento sobre o temor da classe política e empresarial amazonense, com relação à nova política industrial brasileira, que até fez com que o governador Omar Aziz não comparecesse ao evento no Palácio do Planalto:

"Não afetou e nem vai afetar o polo industrial do **Amazonas**, pelo contrário, tudo o que vier a ser feito vai preservar o que a **Zona Franca** já tem e, se houver algum incentivo novo, terá que ser estendido também à **ZFM**. Portanto, tranquilize a todos porque não há nenhuma possibilidade de haver perda ou prejuízo para a **Zona Franca** de **Manaus**", declarou o ministro à reportagem de A CRÍTICA.

Na medida provisória assinada ontem pela presidente Dilma Rousseff, está o projeto piloto, até 2012, que reduz a zero a alíquota de 20% do INSS sobre a folha de pagamento dos setores de confecção, calçados, móveis e softwares.

Em contrapartida, será cobrada uma contribuição sobre o faturamento com a alíquota a partir de 1,5% de acordo com o setor beneficiado. Para estimular ainda mais as **exportações** brasileiras, a MP da Indústria prevê a devolução de 3% do IPI recolhido sobre a receita da **exportação**, nos moldes da restituição do Imposto de Renda. A devolução será feita pelo Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas **Exportadoras** (Reintegra). O valor, em dinheiro, será depositado na conta do **exportador**, mas quem desejar também poderá usar os recursos para quitar débitos existentes junto à Receita Federal.

O plano "Brasil Maior" também cria novo regime automotivo, com incentivo tributário como contrapartida ao investimento, agregação de valor, emprego e inovação, assegurando regimes regionais do **Mercosul**.

"É uma política focada para o **desenvolvimento** industrial do **Brasil** conforme e em nada preocupa o nosso polo", disse o presidente da Federação das Indústrias do **Amazonas**, Antônio Silva, que participou da solenidade de lançamento do "Brasil Maior" e adiantou que empresas do **PIM** poderão gozar da devolução de IPI.

	VEÍCULO RÁDIO CBN - MANAUS	EDITORIA	
	TÍTULO Plano Nacional da Indústria vai garantir vantagens comparativas da <u>Zona Franca</u>, diz Braga		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Medida Provisória (MP) do Plano Nacional da Indústria, lançada nesta terça-feira (02/08), pelo **Governo Federal**, vai manter as vantagens comparativas da **Zona Franca** de **Manaus** (**ZFM**), em relação aos bens de informática. É o que espera o senador Eduardo Braga, que conversou, pela manhã, por telefone, com o Ministro da Fazenda, Guido Mântega. Segundo o senador, depois do discurso dele de ontem, no Senado, quando cobrou providências à presidente Dilma Rousef, as atenções dos ministros se voltaram para o **Amazonas**.

“Tem sido assim desde ontem (segunda – 01/08), a partir do nosso discurso, para ultimar negociações com relação à MP sobre o Programa Nacional de Indústria. O Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**) estará dentro desse Plano Nacional, o que é uma conquista para o nosso Povo, porque, sem dúvida nenhuma, o **PIM** foi incluído em um Programa que pretende dar mais competitividade à Indústria Nacional”.

Eduardo Braga disse, ainda, que o Plano Nacional da Indústria vai garantir as vantagens comparativas da **Zona Franca** de **Manaus** em relação aos bens de informática. Segundo o senador, o Plano Nacional de Industrialização dará incentivo de 100% de isenção de Imposto de Renda (IR) às empresas produtoras dos chamados Bens de Inclusão Social - Tablets, Notebooks e Netbooks - que serão estendidos às regiões de abrangência da Sudam e da Sudene. “Com isso, nós nos aliamos à Bahia e a Minas Gerais na luta contra o Estado de São Paulo. O governador Omar Aziz terá, no governador da Bahia, Jacques Wagner e no Governador de

Minas Gerais, Antônio Anastasia, aliados como eu tive, no passado, o governador Aécio Neves e o próprio Jacques Wagner, na luta contra o José Serra, que governava São Paulo”.

Nesta quarta-feira (10), o governador Omar Aziz tem audiência marcada com a presidente Dilma Rouseff, para discutir este e outros assuntos.

	VEÍCULO ESTADÃO.COM.BR	EDITORIA	
	TÍTULO Desafio do <u>Brasil</u> é administrar o sucesso, diz 'FT'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para jornal britânico, Brasil assiste à distância dificuldades dos países desenvolvidos, mas precisa agir para evitar problemas futuros.

O Brasil se encontra nos últimos meses na "invejável posição de observador das loucuras do mundo desenvolvido", mas ainda enfrenta o desafio de "como administrar seu próprio sucesso", segundo afirma artigo publicado nesta quarta-feira pelo jornal econômico britânico Financial Times.

"Um esforçado mercado emergente há uma década, o Brasil é hoje uma imagem de estabilidade macroeconômica e política comparada com seu antes subjugador parceiro do Norte e as antigas potências coloniais da Europa", observa o jornal.

O texto observa que o país é hoje credor dos Estados Unidos, tem mais de US\$ 327 bilhões em reservas em moedas estrangeiras, uma economia em crescimento e o desemprego em seu nível mais baixo.

"Ainda assim, com o mundo desenvolvido mostrando tendências antes associadas com os mercados emergentes, o

desafio para o Brasil é como administrar seu sucesso", diz o artigo, assinado pelo correspondente do jornal em São Paulo.

Medidas

O texto comenta que o governo brasileiro já tomou várias medidas para tentar conter o fluxo excessivo de divisas, que fortalece o real e reduz a competitividade da indústria brasileira, reduziu o Orçamento para conter o excesso de gastos públicos e também elevou por cinco vezes neste ano as taxas básicas de juros para evitar a inflação fora de controle.

Além disso, o governo também adotou medidas para conter o crédito e o crescente endividamento da classe média. O jornal observa ainda que a presidente Dilma Rousseff vem promovendo demissões no Ministério dos Transportes em resposta a denúncias de corrupção.

	VEÍCULO ABN - AGÊNCIA BRASILEIRA DE NOTÍCIAS	EDITORIA
	TÍTULO Brasil Maior desonera folha de confecções, calçados, móveis e softwares	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASÍLIA [ABN NEWS] — Lançado nesta terça-feira (2) pela presidenta Dilma Rousseff, em cerimônia no Palácio do Planalto, o Plano **Brasil Maior**, a nova política industrial, tecnológica, de serviços e de **comércio** exterior do país, reduz a zero a alíquota de 20% para o INSS de setores sensíveis ao câmbio e à concorrência internacional e intensivos em mão-de-obra: confecções, calçados, móveis e softwares.

A desoneração é parte da Medida Provisória que institui a política industrial. Em contrapartida, será cobrada uma contribuição sobre o faturamento com alíquota de 1,5% para confecções, calçados e artefatos e móveis, e de 2,5%, para softwares. “Chegamos a um entendimento que possibilitou a apresentação de um conjunto de medidas inédito, a começar pela desoneração da folha, feita com responsabilidade fiscal porque não haverá perdas para a Previdência, mas ao mesmo tempo dando fôlego ao setor empresarial”, argumentou o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel.

Como ressaltou o ministro, a medida provisória garante que o Tesouro Nacional arcará com a diferença para cobrir eventual perda de arrecadação da Previdência Social. No total, a desoneração será de R\$ 25 bilhões, no período de 2011 a 2012. A medida funcionará como um projeto piloto até dezembro de 2012 e seu impacto será acompanhado por uma comissão tripartite, formada por governo, sindicatos e setor privado.

Além da desoneração da folha, o **Brasil Maior**, cujo slogan é “Inovar para competir. Competir para crescer”, prevê uma série de ações iniciais que vão desde a desoneração das **exportações**, com a criação do Reintegra, até a regulamentação da Lei de Compras Governamentais, passando pelo fortalecimento da defesa comercial e pela criação de regimes especiais setoriais, com redução de impostos. “País desenvolvido é país que tem indústria forte e nós vamos defender a nossa”, garantiu **PIM**entel.

Devolução em dinheiro

Criado por medida provisória, o Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas **Exportadoras**) irá devolver ao **exportador** de bens industrializados 3% da receita da **exportação**, nos moldes da

restituição do Imposto de Renda. O benefício é linear e está de acordo com as normas da Organização Mundial do **Comércio**.

O valor em espécie será depositado na conta do **exportador**, mas quem desejar também poderá usar os recursos para quitar débitos existentes junto à Receita Federal. O objetivo do regime é desonerar as **exportações** de bens industrializados de tributos pagos ao longo da cadeia de **produção** que, hoje, não são desonerados pelas sistemáticas vigentes, como ISS, IOF e CIDE, entre outros.

Compras governamentais

Para fortalecer a indústria brasileira, o decreto de regulamentação da Lei 12.349/2010, a Lei de Compras Governamentais, estipula uma margem de preferência de até 25% nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras.

Essas margens serão definidas levando em consideração a geração de emprego e renda e o **desenvolvimento** e a inovação tecnológica realizados no país. O dispositivo será usado também para fortalecer pequenos e médios negócios e será focado nas áreas de Defesa, Saúde e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Um dos exemplos de aplicação da nova política poderá vir com a preferência para o produto nacional em licitações do **Ministério** da Defesa para compra de fardas e coturnos.

Defesa comercial

A defesa comercial brasileira também será reforçada. A principal medida é o aumento do número de investigadores do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, que passará de 30 para 120. O prazo de investigação para aplicação de medidas antidumping será reduzido de 15 para 10 meses e, para aplicação de direito provisório, cairá de 240 para 120 dias. Também será negociada no âmbito do **Mercosul** a flexibilização da administração das alíquotas de **importação**.

Serão reforçados ainda o combate à circunvenção, por meio da extensão do direito antidumping ou de medidas compensatórias a **importações** que estejam tentando burlar o mecanismo de defesa comercial, à falsa declaração de origem, com o indeferimento da licença de **importação** quando constatada a prática, e ao subfaturamento de preços. Outra medida prevê o aumento do número de produtos sujeitos à certificação compulsória.

Modernização do Inmetro

Para fazer frente à ampliação do número de produtos certificados, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) terá sua estrutura modernizada e ampliada. Passará a se chamar Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e atuará em aeroportos e portos para atestar a qualidade das **mercadorias importadas** que terão de respeitar as mesmas normas impostas aos produtos nacionais.

Para isso, a autarquia terá livre acesso às alfândegas de portos e aeroportos do país e será chamado a participar da formulação de acordos de livre **comércio** quando os temas forem “barreiras técnicas” e “harmonização de regulamentos”. O Inmetro também terá a função de autoridade notificadora dos regulamentos técnicos federais ao Comitê do Acordo sobre Barreiras Técnicas da Organização Mundial do **Comércio** (OMC). O órgão ainda vai expandir suas atividades científicas e tecnológicas para apoio à inovação da indústria com a implantação de uma rede de laboratórios em todo o país.

Regime automotivo

O Plano **Brasil** Maior inclui um novo regime automotivo. Os benefícios ainda estão em estudo, mas envolverão veículos acabados e autopeças. Como contrapartida, um decreto presidencial vai definir as exigências para enquadramento no regime como aumento de investimento, agregação de valor, transferência tecnológica, emprego e inovação.

PIS-Cofins e desonerações

O **Brasil** Maior também contempla pedido antigo do setor produtivo ao prever a devolução imediata de créditos de PIS-Cofins sobre bens de capital – o prazo já havia sido reduzido de 48 meses para 24 meses e, posteriormente, para os atuais 12 meses.

O plano prevê o processamento automático dos pedidos de ressarcimento e o pagamento em 60 dias para

empresas com escrituração fiscal digital a partir de outubro deste ano. A partir de março de 2012, a escrituração digital será obrigatória.

Ainda na área de desonerações, estão previstos o atendimento mais célere dos pedidos de ressarcimento no valor de R\$ 19 bilhões e a extensão, por mais 12 meses, da redução de IPI sobre bens de capital, material de construção, caminhões e veículos comerciais leves.

Inovação e financiamento

A política industrial reserva ao Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) papel de relevo no financiamento à inovação e ao investimento. Uma das principais medidas nesta área é a concessão de crédito de R\$ 2 bilhões à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao **Ministério** de Ciência e Tecnologia, para ampliação da carteira de inovação da instituição.

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI), com orçamento de R\$ 75 bilhões, será estendido até dezembro de 2012 e incluirá novos programas para componentes e serviços técnicos especializados; equipamentos de Tecnologias da Informação Comunicação (TICs) produzidos no país; e ônibus híbridos, entre outros.

O **BNDES** Revitaliza, também de financiamento ao investimento, terá R\$ 6,7 bilhões e incluirá um novo setor: o de autopeças. As taxas de juros para micro e pequenas empresas serão de 6,5% ao ano e para grandes empresas, de 8,7% ao ano.

Conselho industrial

Mais medidas se somarão às anunciadas hoje nos próximos dias. Outras serão construídas em parceria com o setor privado ao longo do período de vigência do plano (2011-2014). As propostas serão elaboradas no âmbito do Conselho Nacional de **Desenvolvimento** Industrial (CNDI), que tem a função de propor ao presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a promover o **desenvolvimento** industrial do país e também irá estabelecer as orientações estratégicas gerais do **Brasil** Maior.